



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Edital n. 184/2012

O Desembargador Sérgio Paladino, Presidente da Comissão de Concurso para Ingresso na carreira da magistratura do Estado de Santa Catarina, torna público, nos termos do artigo 68 do Edital n. 408/2010, os pontos para a prova oral, a saber:

PONTO 1

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Espécies de tutela jurisdicional: cognição e execução; jurisdição e ação. Classificação das ações. Condições da ação e pressupostos processuais. Competência.

DIREITO PENAL

Da aplicação da lei penal (arts. 1º a 12 do Código Penal). Crimes de preconceito de raça e cor (Lei n. 7.716/1989).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Do inquérito policial (arts. 4º a 23 do Código de Processo Penal).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Constituinte, originário e derivado. Classificação das Constituições. Rupturas institucionais. Emendas Constitucionais.

DIREITO EMPRESARIAL

Fontes do Direito Empresarial. A interpretação no Direito Empresarial. Ato empresarial, conceito e modalidades.

DIREITO ELEITORAL

Sistema Político brasileiro. Princípio democrático. Sistemas Eleitorais: espécies e características. Direitos políticos ativos e passivos. Teoria e princípios atinentes ao voto (universal, secreto, livre).

DIREITO AMBIENTAL

A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública: conceito, natureza e princípios fundamentais. Poderes e deveres do administrador. O uso e o abuso do poder.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema Tributário Nacional. Normas constitucionais. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Da prevenção. Política de atendimento. Entidades de atendimento, fiscalização e apuração de irregularidades.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Natureza e fonte de suas regras. A relação de consumo e suas características. Integrantes e objeto da relação de consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Introdução à sociologia da administração judiciária.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Conceito e campo de aplicação da Psicologia Jurídica.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Regime jurídico da magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.

FILOSOFIA DO DIREITO

O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Direito objetivo e direito subjetivo.

PONTO 2

DIREITO CIVIL

Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio (artigos 1º a 78 do Código Civil). Dos bens (artigos 79 a 103 do Código Civil). Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico (artigos 104 a 184 do Código Civil). Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos (artigos 185 a 188 do Código Civil). Da prescrição e decadência (artigos 189 a 211 do Código Civil). Da prova (artigos 212 a 232 do Código Civil).



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sujeitos do processo. Juiz, procuradores e Ministério Público. Partes; litisconsórcio e intervenção de terceiros. Auxiliares do juízo.

DIREITO PENAL

Do crime (arts. 13 a 25 do Código Penal). Crimes contra a ordem tributária, ordem econômica e relações de consumo (Lei n. 8.137/1990).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da ação penal (arts. 24 a 62 do Código de Processo Penal).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Processo legislativo. A atividade legislativa do Poder Executivo. Medidas Provisórias. Atividade normativa decorrente de delegação: delegação legislativa e lei delegada. Regulamento: fundamento, conceito e tipos.

DIREITO EMPRESARIAL

Contratos Empresariais. Regime Jurídico. Compra e venda. Fornecimento. Mandato. Comissão. Concessão. Representação comercial.

DIREITO ELEITORAL

Convenções partidárias. Registro de candidatura. Controle de contas de campanha. Ilícitudes na arrecadação e gastos de campanha. Captação ilícita de sufrágio.

DIREITO AMBIENTAL

Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio do usuário-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fontes do Direito Tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação, interpretação e integração.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Prática do ato infracional. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Apuração do ato



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

infracional.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Objetivos e princípios da política nacional das relações de consumo. Os direitos básicos do consumidor. Interpretação das regras de consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia).

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

A psicologia do juiz.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Direitos e deveres funcionais da magistratura.

FILOSOFIA DO DIREITO

O conceito de Justiça. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Fontes do Direito objetivo. Jurisprudência. Súmula vinculante.

PONTO 3

DIREITO CIVIL

Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações (artigos 233 a 285). Da transmissão das obrigações (artigos 286 a 303). Do adimplemento e extinção das obrigações (artigo 304 a 388 do Código Civil). Do inadimplemento das obrigações (artigos 389 a 420 do Código Civil).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Atos processuais: forma, tempo, lugar e prazos. Comunicações dos atos. Nulidades.

DIREITO PENAL

Do concurso de pessoas (arts. 29 a 31 do Código Penal). Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984) e suas alterações.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da competência (arts. 69 a 91 do Código de Processo Penal).



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública.

DIREITO EMPRESARIAL

Contratos Empresariais. Contratos Bancários. Depósito. Mútuo. Arrendamento Mercantil. *Factoring*. Franquias. Cartão de crédito. Comércio Eletrônico.

DIREITO ELEITORAL

Teoria das inelegibilidades. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade. Espécies de inelegibilidades. Desincompatibilização.

DIREITO AMBIENTAL

Deveres genéricos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Deveres específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. Teoria dos motivos determinantes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Espécies tributárias. Imposto, taxa, contribuição de melhoria e outras contribuições.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei n. 8.069/1990. Disposições preliminares. Doutrina da proteção integral. Medidas de proteção.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da qualidade que os produtos e serviços devem ter. Da responsabilidade dos agentes que figuram nas relações de consumo. Espécies de responsabilidade previstas na lei de consumo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Gestão. Gestão de pessoas.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL
Código de Ética da Magistratura Nacional.

FILOSOFIA DO DIREITO
O conceito de Direito. Equidade.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA
Princípios gerais de Direito.

PONTO 4

DIREITO CIVIL

Dos contratos em geral (artigos 421 a 480 do Código Civil). Da compra e venda (artigos 481 a 504 do Código Civil). Da venda com reserva de domínio (artigos 521 a 528). Da doação (artigos 538 a 564 do Código Civil). Da locação de coisas (artigos 565 a 578 do Código Civil). Do comodato e do mútuo (artigos 579 a 592 do Código Civil). Da prestação de serviço (artigos 593 a 609 do Código Civil). Da empreitada (artigos 620 a 626 do Código Civil). Do depósito (artigos 627 a 652 do Código Civil). Do mandato (artigos 653 a 692 do Código Civil). Da corretagem (artigos 722 a 729 do Código Civil). Do transporte (artigos 730 a 756 do Código Civil). Do seguro (artigos 757 a 802 do Código Civil). Da fiança (artigos 818 a 839 do Código Civil).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimentos. Petição inicial.

DIREITO PENAL

Das penas e das medidas de segurança (arts. 32 a 99 do Código Penal). Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/1941). Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da prova (arts. 155 a 250 do Código de Processo Penal).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos Fundamentais. Vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. Princípios gerais. Aplicabilidade. Direitos e garantias fundamentais implícitos. Tratados e convenções internacionais.

DIREITO EMPRESARIAL

Contratos Empresariais. A intervenção judicial, possibilidades e limites. A resolução do contrato por onerosidade excessiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO ELEITORAL

Direito partidário. Natureza jurídica dos partidos. Autonomia partidária. Obrigações e direitos dos partidos. Filiação partidária. Coligações. Fidelidade partidária.

DIREITO AMBIENTAL

A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário. Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitação: considerações gerais, conceito, finalidade, princípios e objeto. Modalidades. Dispensa e inexigibilidade. Procedimento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Obrigação tributária principal e acessória. Sujeito ativo e passivo. Contribuinte e responsável. Responsabilidade tributária: normas gerais, espécies e hipóteses. Infrações administrativas tributárias. Substituição tributária. Efeito das convenções particulares.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direitos fundamentais. Direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade. Declaração Universal dos Direitos da Criança.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da prescrição e da decadência nas ações atinentes a matéria de consumo. Da desconsideração da personalidade jurídica das empresas.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Relações sociais e relações jurídicas.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

FILOSOFIA DO DIREITO

Direito e Moral.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

PONTO 5

DIREITO CIVIL

Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa (artigos 854 a 860 do Código Civil). Do pagamento indevido (artigos 876 a 883 do Código Civil). Do enriquecimento sem causa (artigos 884 a 886 do Código Civil).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo.

DIREITO PENAL

Dos crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154 do Código Penal). Crimes Falimentares (Lei n. 11.101/2005).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da prisão e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do Código de Processo Penal).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos Fundamentais. Liberdades de expressão, convicção e religião. Liberdade de Imprensa. Inviolabilidade dos direitos da personalidade. Conflitos entre direitos fundamentais.

DIREITO EMPRESARIAL

Títulos de crédito. Disposições gerais, características, requisitos e classificação. Títulos ao portador, à ordem e nominativos. Nota Promissória. Cheque. Duplicata.

DIREITO ELEITORAL

Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral: conceito. Transferência de domicílio. Garantias eleitorais e atos preparatórios.

DIREITO AMBIENTAL

Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna. Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança. Política Nacional da Biodiversidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: considerações gerais, formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão. Equilíbrio contratual. Principais tipos de contratos administrativos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fato gerador da obrigação tributária. Elementos. Incidência, não incidência, imunidade e isenção.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Adoção. Habilitação dos pretendentes à adoção.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das práticas comerciais. Da oferta e da publicidade. As práticas abusivas e seus efeitos.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Controle social e o Direito.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

FILOSOFIA DO DIREITO

A interpretação do Direito.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

O conceito de Política. Política e Direito.

PONTO 6

DIREITO CIVIL

Da responsabilidade civil (artigos 927 a 954 do Código Civil). Da indenização por dano moral (artigos 186, 927, 953 e 954 do Código Civil; Constituição Federal, artigo 5º, n. V e X). Responsabilidade civil por perda de uma chance (Código Civil, artigo 927).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questões. Declaração incidente. Direito probatório. Audiência de instrução e julgamento.

DIREITO PENAL

Dos crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183 do Código Penal). Crimes previstos no



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Da sentença (381 a 393 do Código de Processo Penal). Tribunal do Júri.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios constitucionais da Administração Pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O controle da moralidade na Constituição. Princípios constitucionais implícitos. Finalidade, razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público.

DIREITO EMPRESARIAL

Sociedades Limitadas. Acordo de quotistas. Dissociação. Dissolução Parcial. Retirada e exclusão de sócio. Cisão. Apuração de haveres.

DIREITO ELEITORAL

Estrutura e composição da Justiça Eleitoral. Magistratura e Ministério Público Eleitoral. Considerações gerais. Competência da Justiça Eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA. Responsabilidade civil. Responsabilidade administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Serviços públicos: considerações gerais, autarquias, fundações, agências executivas, empresas estatais, consórcios públicos, entidades paraestatais, serviços delegados a particulares e convênios administrativos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Crédito tributário. Lançamento. Natureza jurídica. Características, efeitos e modalidades.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Convivência familiar e comunitária. Família natural e substituta. Guarda e tutela.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da cobrança de dívidas e dos Bancos de Dados e Cadastros. Consequências e responsabilidades impostas àqueles que promovem tais atividades.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Transformações sociais e o Direito.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Administração judicial.

FILOSOFIA DO DIREITO

A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Ideologias.

PONTO 7

DIREITO CIVIL

Do direito das coisas. Da posse (artigos 1.196 a 1.224 do Código Civil). Da propriedade (artigos 1.228 a 1.276 do Código Civil). A garantia do direito de propriedade (Constituição Federal, artigo 5º, n. XXII) em relação com sua função social e ambiental (Constituição Federal, artigos 170, n. III, e 225; Código Civil, artigo 1.228, parágrafo 1º).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sentença e coisa julgada. Recursos.

DIREITO PENAL

Dos crimes contra a dignidade sexual (arts. 213 a 226 do Código Penal). Lavagem de capitais (Lei n. 9.613/1998).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Das nulidades e dos recursos em geral (arts. 563 a 667 do Código de Processo Penal).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário. O Supremo Tribunal Federal. Generalidades. O controle de constitucionalidade que exercita. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. O controle difuso de constitucionalidade.

DIREITO EMPRESARIAL

Sociedade Anônima. Assembleias Gerais. Conselho de administração e Diretoria. Administradores: requisitos, impedimentos, investidura, remuneração, deveres e responsabilidades. Conselho Fiscal. Modificações do Capital Social. Dividendos. Grupo de sociedades. Consórcio.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO ELEITORAL

Processo Judicial Eleitoral. Considerações gerais. Feitos tipicamente eleitorais. Legitimidades, competência e ritos. Recursos eleitorais. Consulta eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Agentes públicos: espécies, regimes jurídicos. Responsabilidade administrativa, civil e criminal do agente público. Improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Garantias e privilégios do crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direitos fundamentais. Direito à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à profissionalização e à proteção ao trabalho. Declaração Universal dos Direitos da Criança.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Da proteção contratual em matéria de consumo. Princípios que regem a matéria. Os contratos de adesão.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Direito, Comunicação Social e opinião pública.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Métodos para reconhecer a verdade.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Planejamento estratégico.

FILOSOFIA DO DIREITO

O método de interpretação pela lógica do razoável.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

PONTO 8

DIREITO CIVIL

Dos direitos de vizinhança (artigos 1.277 a 1.313 do Código Civil). Do condomínio (artigos 1.314 a 1.330 do Código Civil). Do condomínio edilício (artigos 1.331 a 1.358 do Código Civil; Lei 4.591/64). Da propriedade resolúvel (artigos 1.359 e 1.360 do Código Civil). Da propriedade fiduciária (artigos 1.361 a 1.368 do Código Civil. Decreto-Lei n. 911/69, artigos 3º, 4º. e 5º.). Alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel (Código Civil, artigo 1.368-A, em relação com o disposto na Lei 9.514/97, artigos 22 a 42). Das servidões (artigos 1.378 a 1.389 do Código Civil). Do compromisso de venda e compra (artigos 1.417 e 1.418 do Código Civil; Decreto-Lei n. 58/37, Decreto-Lei n. 745/69, Lei 6.766/79 e Lei 9.785/99). Garantias de dívidas: penhor e hipoteca (Código Civil, artigos 1.419 a 1.505).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tutela de urgência, satisfativa e cautelar. Tutela de evidência.

DIREITO PENAL

Dos crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359 do Código Penal). Crimes previstos na Lei de Licitações (Lei n. 8.666/1993).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Execução penal (Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário. A Emenda Constitucional nº 45. A Organização da Justiça. Disposições gerais e competências. Funções essenciais da Justiça. Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública. Súmula Vinculante. Reclamação Constitucional.

DIREITO EMPRESARIAL

Direito da Concorrência. Lei n. 8.884/1994. Infrações contra a Ordem Econômica. Repressão aos Abusos do Poder Econômico. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

DIREITO ELEITORAL

Propaganda eleitoral: modalidades. Vedações, permissões e sanções. Debates. Direito de resposta. Fiscalização e controle judicial da propaganda eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

Responsabilidade Criminal Ambiental. Direito Criminal ambiental. Sanções penais ambientais. Lei Federal 9.605/98 e outros tipos penais ambientais.

DIREITO ADMINISTRATIVO



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: desapropriação, servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Administração tributária. Dívida ativa: conceito, inscrição. Certidão de dívida ativa: natureza jurídica, presunção de certeza e liquidez.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Conselho Tutelar. Atribuições e competências. Acesso à Justiça da Infância e Juventude. Juiz. Serviços auxiliares. Ministério Público. Advogado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das cláusulas abusivas. Espécies e efeitos jurídicos.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

O comportamento de partes e testemunhas.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Modernização da gestão.

FILOSOFIA DO DIREITO

Justiça distributiva e corretiva.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Realismo Jurídico.

PONTO 9

DIREITO CIVIL

Do direito de família (Constituição Federal, artigos 227 a 230). Da eficácia do casamento (artigos 1.565 a 1.570 do Código Civil). Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal (artigos 1.571 a 1.582). Da proteção da pessoa dos filhos (artigos 1.583 a 1.590 do Código Civil). Das relações de parentesco (artigos 1.591 a 1.595 do Código Civil). Da filiação (artigos 1.596 a 1.606 do Código Civil). Do reconhecimento dos filhos (artigos 1.607 a 1.617 do Código Civil). Do poder familiar, disposições gerais, exercício, suspensão e extinção (artigos 1.630 a 1.638 do Código Civil). Do regime de bens entre os cônjuges (artigos 1.639 a 1.688 do Código Civil). Alimentos (artigos



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

1.694 a 1.710 do Código Civil). União estável (Constituição Federal, artigo 226, parágrafo 3º.; artigos 1.723 a 1.727 do Código Civil; Leis n. 8.971/94, 9.278/96).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Cumprimento da sentença. Execução de título extrajudicial. Execução contra a Fazenda Pública. Meios de oposição do devedor e de terceiros. Liquidação.

DIREITO PENAL

Crimes definidos nas Leis n. 11.343/2003 e n. 9.455/1997 (Tortura).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/1995).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem Econômica e Financeira. Princípios Gerais da Atividade Econômica. Propriedade Privada. Função Social da Propriedade. Livre Concorrência. Defesa do Consumidor. Políticas Urbana, Agrícola e Fundiária. Reforma Agrária.

DIREITO EMPRESARIAL

Concentração Empresarial. Conglomerados. Cooperação Empresarial. Acordos de cooperação. Associações. *Joint Ventures*.

DIREITO ELEITORAL

Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral: espécies e interpretação. Penalidades.

DIREITO AMBIENTAL

Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental. Tutela jurisdicional do meio ambiente. Inquérito civil. TAC. Ação civil pública. Ação popular constitucional. Mandado de segurança coletivo. Mandado de injunção. Ação penal pública ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade civil da Administração Pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Processo administrativo e judicial tributário. Execução fiscal, embargos à execução fiscal, ação de consignação em pagamento, ação declaratória, ação anulatória, ação de repetição de indébito, ações cautelares e mandado de segurança. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Recursos. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. Infrações administrativas. Disposições finais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO DO CONSUMIDOR

A defesa do consumidor em juízo. Ações individuais e coletivas. Legitimidade para sua propositura.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Análise sociológica da jurisprudência.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Psiquiatria forense.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Independência do Juiz.

FILOSOFIA DO DIREITO

O Direito Natural, Positivismo Jurídico e Pós-Positivismo.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Políticas Públicas e o papel do juiz.

PONTO 10

DIREITO CIVIL

Do direito das sucessões (artigos 1.784 a 1.828 do Código Civil). Sucessão legítima (artigos 1.829 a 1.856 do Código Civil). Sucessão testamentária (Código Civil, artigos 1961 a 1965). Do inventário e da partilha (artigos 1.991 a 2.027 do Código Civil).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tutela de direitos coletivos *lato sensu*. Ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança coletivo. Jurisdição constitucional. Juizado Especial Cível (Lei n. 9.099/1995).

DIREITO PENAL

Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997) e alterações.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Lei de crimes hediondos (Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n. 11.340/2006)



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ordem Social. Educação e Cultura. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Direito à Proteção Especial. Índios.

DIREITO EMPRESARIAL

Shopping Center. Generalidades. Disciplina Normativa. Regime locativo.

DIREITO ELEITORAL

Abuso de poder: espécies. Configuração. Controle judicial. Penalidades.

DIREITO AMBIENTAL

Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Controle da Administração Pública: administrativo, legislativo e judiciário. Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Impostos Federais. Considerações gerais e espécies. Imposto de Renda, IPI e ITR. Tributos dos Estados e dos Municípios: ICMS, IPVA, ITCMD, IPTU, ITBI, ISS.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Procedimentos. Perda da suspensão do Poder Familiar. Destituição de tutela. Colocação em família substituta. Verificação de situação de risco. Apuração de infração administrativa.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Das ações coletivas para defesa dos direitos dos consumidores. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Efeitos da coisa julgada.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

SOCIOLOGIA DO DIREITO

Função científica e prática da sociologia jurídica.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

Imparcialidade do Juiz.



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
1ª VICE-PRESIDÊNCIA

FILOSOFIA DO DIREITO

Normatividade, interpretação e dogmática jurídica.

TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

Direito e Poder. Teoria jurídica e a teoria política.

Florianópolis, 10 de maio de 2012.

Desembargador **Sérgio Paladino**
Presidente da Comissão de Concurso